

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.646 - RS (2019/0304396-7)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**RECORRENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**RECORRIDO** : TIAGO ANTONIO SOARES  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

**EMENTA**

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 311 DO CÓDIGO PENAL. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. USO DE FITAS ADESIVAS. TIPICIDADE CONFIGURADA. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça daquela unidade da Federação, assim ementado (fl. 315):

*"APELAÇÃO CRIME. ART. 311, DO CP. VEÍCULO AUTOMOTOR. ADULTERAÇÃO GROSSEIRA.*

*A alteração de placa de veículo automotor, mediante a utilização de fita isolante, se constitui em adulteração grosseira, por ser incapaz de ocultar a sua identificação.*

*APELO DEFENSIVO PROVIDO. POR MAIORIA."*

Nas razões do **recurso especial**, o **Parquet** estadual sustenta violação ao **art. 311 do Código Penal**, aduzindo a tipicidade, no caso concreto, da conduta de adulterar placa de carro com a utilização de fitas adesivas.

*Aduz que "sendo incontroversa nos autos a adulteração pelo recorrido da placa original, pela utilização de fita adesiva, imperioso o reconhecimento da prática do delito previsto no artigo 311, caput, do Código Penal, tornando necessária a reforma da decisão atacada, não havendo que se*

*falar em conduta atípica ou mesmo em falsidade grosseira, uma vez que o meio é idôneo a ludibriar e ofender a fé pública"* (fl. 336).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 343-348), o recurso foi admitido na origem (fls. 352-360).

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **provimento** do recurso especial (fls. 375-377).

É o relatório.

**Decido.**

Consta dos autos que o MM. Juízo de primeiro grau **condenou** o recorrido como incurso nas sanções do no art. 311, do Código Penal, à pena de **3 (três) anos de reclusão**, em regime inicial **aberto**, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Houve substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, (fls. 260-268).

O **Tribunal de origem**, por maioria de votos, **deu provimento ao apelo defensivo** para **absolver** o recorrido, nos termos do art. 386, inciso III do Código de Processo Penal (fls. 312-321).

Quanto à alegada violação ao **art. 311 do CP**, aduz o recorrente a tipicidade, no caso concreto, da conduta de adulterar placa de carro com fita adesiva.

Para melhor delimitação do tema a ser analisado, trago à colação excerto do v. acórdão reprochado, **verbis** (fls. 317-318, grifei):

*"Inicialmente, necessário destacar que o delito de adulteração de sinal identificador de veículo automotor protege a fé pública, especialmente a propriedade e a segurança no registro de automóveis. A conduta também engloba a placa do veículo - sinal identificador externo -: "A conduta de substituir placas de veículo enquadra-se nos núcleos do tipo penal em exame, pois pode configurar mudança, alteração por meio de qualquer modificação, remarcação com alteração ou colocação de nova marca" (REsp 1186340/AC, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 6.3.2012, DJe 14.3.2012).*

*Na espécie, a materialidade do delito restou comprovada pelo inquérito policial nº 246/2013/152121/A (fls. 03/16), assim como pela prova*

*oral coligida aos autos.*

*[...]*

*Vale destacar, a utilização de fita isolante para alterar a placa de veículo automotor configura, em tese, o delito previsto no art. 311, do CP [...]*

*[...]*

***Entretanto, na espécie, pode-se concluir que a alteração feita pelo acusado é notoriamente grosseira, não permitindo ocultar a identificação do veículo, tanto que foi de imediato percebida pela autoridade policial, circunstância que retira a configuração delitiva do tipo penal, conforme precedentes desta Corte."***

Da análise dos excertos acima transcrito, constata-se que o acórdão recorrido está em desconformidade com o entendimento consolidado no âmbito deste Superior Tribunal, no sentido de que *"é típica a conduta de alterar placa de veículo automotor, mediante a colocação de fita adesiva, conforme ocorreu na espécie dos autos. Isto porque a objetividade jurídica tutelada pelo art. 311 do CP é a fé pública ou, mais precisamente, a proteção da autenticidade dos sinais identificadores de automóveis"* (HC 369501/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 11/10/2017).

Nesse sentido:

***"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. DESNECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO PARA A ANÁLISE DO RECURSO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.***

***1. Não houve a necessidade de revolvimento do contexto fático probatório dos autos para a análise do recurso, eis que o recurso especial foi provido por que o acórdão recorrido encontra-se em flagrante desacordo com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual a simples adulteração de placa de veículo automotor, por intermédio de fita adesiva, configura o crime previsto no art. 311 do Código Penal.***

***2. Agravo regimental desprovido."*** (AgRg no REsp 1575627/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe 17/2/2017).

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. USO DE FITA ISOLANTE. CONFIGURAÇÃO DO DELITO. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. A jurisprudência deste Superior Tribunal entende que a simples conduta de adulterar a placa de veículo automotor é típica, enquadrando-se no delito descrito no art. 311 do Código Penal. Não se exige que a conduta do agente seja dirigida a uma finalidade específica, basta que modifique qualquer sinal identificador de veículo automotor.*

*2. A conduta realizada pelo recorrido, que, com o uso de fita isolante, modificou o número da placa da motocicleta, configura o delito tipificado referido dispositivo.*

*3. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 860.012/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe 16/02/2017, grifei)*

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em **desconformidade** com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula n. 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido e restabelecer a sentença condenatória proferida pelo MM. Juízo de primeiro grau.

P. e I.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator